

35º Encontro Anual da Anpocs;

Grupo de Trabalho número 18: Marxismo e Ciências Sociais

Título do trabalho:

“A Separação Entre o Econômico e o Político e a Questão da Democracia em Ellen Wood”

Autor: Darlan Montenegro

A Separação Entre o *Econômico* e o *Político* e a Questão da Democracia em Ellen Wood

Darlan Montenegro¹

Apresentação

Este trabalho aborda as idéias da historiadora e cientista política Ellen Wood, com ênfase em sua leitura acerca da importância da separação entre o “*econômico*” e o “*político*” na sociedade capitalista. Tomando como ponto de partida esse aspecto de sua reflexão teórico-política, aborda-se também sua análise acerca das limitações da democracia “moderna”, em comparação com a “antiga” (em diálogo com as reflexões de Moses Finley sobre o tema). O esvaziamento da democracia “moderna” do conteúdo classista verificado na “antiga” teria sido possível precisamente como decorrência da separação entre as duas esferas. Sugere-se, com base nessas reflexões, a necessidade da construção de uma retomada da crítica *democrática* da teoria e das instituições liberais hoje dominantes, com base em uma perspectiva eminentemente marxista. Proponho, ainda, tomando como base a crítica da autora a certos aspectos dos movimentos sociais contemporâneos (que enfatizam o aspecto “identitário”), a possibilidade de articular suas preocupações teórico-políticas com as elaborações gramscianas acerca da *liberdade* e da *necessidade* (ou seja, da *economia* e da *política*), no sentido de enfatizar a importância da ação propriamente política nos processos de transformação societária.

A peculiaridade da leitura de Wood sobre esse tema verifica-se em outro trabalho (*The Origins of Capitalism: a longer view*), em que a autora afirma existirem “duas narrativas” na abordagem de Marx sobre a transição para o capitalismo, que podem ser entendidas como duas concepções distintas do devir histórico. A primeira, que estaria presente na *Ideologia Alemã* e no

¹ Doutor em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; professor adjunto de Teoria Política da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Manifesto Comunista, reproduziria, em termos gerais, a interpretação burguesa, assentada na ideia de que o capitalismo constitui uma realização inevitável do processo de desenvolvimento das forças produtivas (ou, na versão burguesa predominante, da *racionalidade* econômica). Uma segunda visão (ou, como afirma a autora, os *fundamentos* de uma segunda visão) poderia ser encontrada nos *Grundrisse* e n' *O Capital*. Ao descrever essa segunda visão, Wood atribui um papel interpretativo central ao capítulo sobre a *Acumulação Primitiva*.

Em *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*, ela afirma que, na estrutura do *Livro Um d' O Capital*, o capítulo ocupa um lugar estratégico, na medida em que, após ser levada a cabo a descrição dos aspectos fundamentais da *mercadoria*, Marx teria se ocupado de explicar o processo através do qual as relações mercantis se tornaram predominantes na Inglaterra. Para Wood, a ênfase na descrição histórico-concreta das lutas de classes entre senhores e camponeses em torno dos cercamentos, decidida no momento especificamente político da Revolução Burguesa, evidenciaria a preocupação do Marx maduro com o caráter “aberto” do devir histórico, submetido às injunções das lutas sociais e políticas entre as classes. Assim, a separação entre o “econômico” e o “político” teria sido, ela mesma, o resultado de um longo conflito travado *ao mesmo tempo* nas duas esferas e decidido na *segunda*.

1. Separação do econômico e do político e democracia

Em *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism* (WOOD, 1981), Ellen Wood assenta as bases para uma reflexão acerca da política e da democracia contemporâneas, referenciada nas leituras de Marx sobre o tema da separação entre as esferas política e econômica, a partir, principalmente, de passagens d' *O Capital* e dos *Grundrisse*. O objetivo manifesto da autora é contribuir para uma retomada do caráter *político* da análise marxista da realidade, num sentido muito específico: o de que tal

análise tem por objetivo informar uma ação política concreta de transformação social.

“The intention of Marxism is to provide a theoretical foundation for interpreting the world in order to change it. This is not an empty slogan. It has—or ought to have—a very precise meaning. It means that Marxism seeks a particular kind of knowledge, one which is uniquely capable of illuminating the principles of historical movement and, at least implicitly, the points at which political action can most effectively intervene. This is not to say that the object of Marxist theory is to discover a ‘scientific’ programme or technique of political action. Rather, the purpose is to provide a mode of analysis especially well equipped to explore the terrain on which political action must take place. It can, however, be argued that Marxism since Marx has often lost sight of his theoretical project and its quintessentially political character. In particular, this is so to the extent that Marxists have, in various forms, perpetuated the rigid conceptual separation of the ‘economic’ and the ‘political’ which has served *bourgeois* ideology so well ever since the classical economists discovered the ‘economy’ in the abstract and began emptying capitalism of its social and political content”. (WOOD, 1981, p. 66)

Em termos gerais, o argumento proposto pela autora, nesse trabalho, é o que se segue: a separação das esferas *política* e *econômica* configuraria, ao mesmo tempo, uma realidade e uma dissimulação. Uma realidade, uma vez que ela se materializa nas instituições concretas do capitalismo liberal. Uma dissimulação, porque ela camufla a origem política dessas instituições, que somente teriam ganhado vida com a tomada do poder de Estado por parte da burguesia. Essa separação, em seu duplo aspecto real e ilusório, configuraria um mecanismo de defesa da ordem social capitalista, na medida em que impede que se perceba o conteúdo especificamente político da dominação burguesa. A idéia de *liberdade*, estabelecida ao nível jurídico, sem qualquer correspondência com a estrutura social e econômica, dificulta a compreensão de que, despojados dos meios necessários à sua sobrevivência, homens e mulheres não possuem, no que diz respeito à *necessidade* de reprodução de sua própria existência, *liberdade* alguma. Estão forçados a buscar, no mercado, quem compre a única mercadoria de que dispõem: sua força de trabalho.

“The fundamental secret of capitalist production disclosed by Marx—the secret that political economy systematically concealed, making it finally incapable of accounting for capitalist accumulation—concerns the social relation and the disposition of power that obtains between the worker and the capitalist to whom he sells his labour-power. This secret has a corollary: that the disposition of power between the individual capitalist and worker has as its condition the political configuration of society as a whole—the balance of class forces and the powers of the state which permit the expropriation of the direct producer, the maintenance of absolute private property for the capitalist, and his control over production and appropriation.” (WOOD, 1981, p. 68)

A separação entre as duas esferas (tanto em seu caráter ilusório quanto no efetivo) resulta da separação dos produtores diretos dos meios de produção, que tornam desnecessária a coreção extra-econômica e concentram, nas mãos dos proprietários dos meios de produção, os instrumentos necessários ao controle sobre o trabalho, dispensando o Estado (ou a esfera do *político*) da necessidade de uma intervenção constante no processo de trabalho, com o objetivo de forçar os trabalhadores à produção de excedente. De fato, o processo produtivo capitalista configura, por si só, uma dominação tirânica dos proprietários sobre os produtores diretos, sem a necessidade de permanente coerção política.

A separação entre as esferas da política e da economia permitiu, por exemplo, que a ideologia dominante na sociedade capitalista tenha sido capaz de produzir uma teoria da democracia que, pela primeira vez na história, distingue o tema do poder político popular do tema da distribuição da riqueza e da propriedade. Desde o período subsequente às primeiras tiranias gregas, a questão da democracia emergiu como indissociavelmente vinculada às questões da propriedade e do usufruto da terra e da condição jurídica dos mais pobres (no caso ateniense, por exemplo, estiveram em jogo, no processo de

formação da democracia, entre outros, os temas das cobranças de tributos sobre o uso da terra e da escravidão por dívida).²

O tema da democracia é desenvolvido por Wood com base em uma reflexão acerca das diferenças entre as democracias “antiga” e “moderna” que é devedora das análises acerca desse tema empreendidas por um autor não-marxista, Moses Finley, e que denunciam o caráter classista das restrições à participação popular, típicas das democracias modernas. Para demonstrá-lo, Finley afirma, com base no Aristóteles d’*A Política*, o caráter também classista, embora no sentido inverso, das democracias antigas: democracia, na Atenas clássica, é o governo *dos pobres*, em favor dos interesses *dos pobres*. Restringir, portanto, o acesso das camadas populares ao poder político efetivo é esvaziar a democracia de seu conteúdo efetivamente *democrático* (o tema é desenvolvido por Finley em uma coletânea de artigos cujo título, *Democracy, Ancient and Modern*, parafraseia o clássico panfleto oligárquico de Benjamin Constant).

Segundo Finley, a condição das elites sociais e econômicas contemporâneas ao regime democrático é precisamente o esvaziamento do conceito de democracia do conteúdo de participação popular nos processos decisórios que historicamente o caracterizou e que foi o alvo dos críticos *elitistas* da democracia desde Sócrates e Platão. Finley refere-se aos defensores acadêmicos de uma democracia sem participação popular (dentre os quais ele destaca o cientista político Seymour Martin Lipset) como adeptos de uma “teoria elitista da democracia”.

“Na Antiguidade, os intelectuais, em esmagadora maioria, desaprovavam o governo popular e apresentaram um grande número de explicações para sua atitude, e uma variedade de propostas alternativas. Hoje seus congêneres, em especial os do Ocidente, mas não apenas estes, concordam, provavelmente na mesma esmagadora proporção, que a democracia é a melhor forma de governo, a mais conhecida e a melhor que se

² Sobre as origens da democracia grega, ver, entre outros, Claude Mossé, *Atenas: a história de uma democracia*, Brasília, UnB, 1997 e Perry Anderson, *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

possa imaginar. Contudo, muitos também concordam que os princípios que tradicionalmente a justificaram, na prática, não estão funcionando. Ademais, não se pode permitir que funcionem, caso se queira que a democracia sobreviva. Ironicamente, a teoria elitista está sendo reforçada, com especial intensidade na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos — empiricamente as duas democracias mais bem-sucedidas dos tempos modernos.” (FINLEY, 1985, p.22)

Podemos estabelecer umnexo entre a visão de Finley acerca do esvaziamento da participação popular nas democracias modernas e as afirmações de Ellen Wood a respeito da transferência dos poderes de decisão a respeito dos temas econômicos da esfera pública para a privada como uma característica essencial da sociedade capitalista. fato, a própria autora, em um outro trabalho, *From Citizens to Lords* (WOOD, 2008), toma Finley como referência para explicar o tipo de cidadania existente na Atenas clássica (uma cidadania de camponeses pobres). A cidadania antiga contrastaria, segundo a autora, com a cidadania moderna justamente por seu conteúdo de classe, algo que já se encontra sugerido por Finley, no texto referido, mas que, em *From Citizens to Lords*, Wood investiga de forma mais detida, em especial no que diz respeito às formas de teoria política. Assim, o liberalismo moderno e a concepção de cidadania que o acompanham estariam enraizados não na cidadania antiga, de caráter “popular”, que opunha os camponeses ao jugo dos grandes proprietários, mas na oposição dos lordes terratenentes da Europa medieval ao processo de concentração do poder político nas mãos dos monarcas, típico do período final da Idade Média e da Idade Moderna como um todo. O liberalismo, portanto, seria uma doutrina de raízes históricas aristocráticas e, conseqüentemente, oligárquicas. Sua conformação mais acabada, no período final da transição do feudalismo para o capitalismo e sua constituição, a partir da fusão entre a defesa da limitação do papel do Estado e o individualismo anglo-saxão, em ideologia burguesa por excelência criaram as condições para sua conversão em elemento legitimador do processo de separação entre as esferas econômica e política em favor da tirania privada dos proprietários.

Nas palavras de Wood, mais uma vez em *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*:

“The differentiation of the economic sphere in capitalism, then, can be summed up as follows: the social functions of production and distribution, surplus extraction and appropriation, and the allocation of social labour are, so to speak, privatized and they are achieved by ‘non-authoritative’, non-political means. In other words, the social allocation of resources and labour does not, on the whole, take place by means of political direction, communal deliberation, hereditary duty, custom, or religious obligation, but rather through the mechanisms of commodity exchange. The powers of surplus appropriation and exploitation do not rest directly on relations of juridical or political dependence but are based on a contractual relation between ‘free’ producers—juridically free and free from the means of production—and an appropriator who has absolute private property in the means of production.” (Wood, 1981, p. 81)

Transferidas as funções relacionadas à extração do excedente para o âmbito privado, torna-se possível que, ao nível do Estado, construa-se um arcabouço jurídico assentado na idéia da absoluta igualdade, ao mesmo tempo em que esse mesmo Estado se reveste da condição de guardião da ordem iníqua estabelecida no plano econômico. Não é casual que, ao longo do século XX, os esforços da esquerda de massas dos países ocidentais tenham se concentrado progressivamente em pressões por reformas do Estado que ampliassem a capacidade de interferência do poder público na esfera das relações econômicas privadas. Tampouco é mera coincidência que parte da reação burguesa a essa pressão tenha se dado, do ponto de vista teórico-ideológico, através de uma reafirmação agressiva da separação absoluta entre as esferas da economia e da política como pré-condição ao pleno exercício da liberdade individual³.

³ Ver, por exemplo, Friedrich von Hayek, *O Caminho da Servidão*, Rio de Janeiro, Globo, 1946 e Robert Nozick, *Anarquia, Estado e Utopia*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1991.

A contestação dessa separação demanda que se traga à luz a importância do aspecto especificamente político das relações de dominação presentes na sociedade capitalista. Uma das passagens da obra de Marx em que a centralidade do poder político na constituição da ordem burguesa aparece de forma mais clara e irrefutável é o famoso capítulo de *O Capital* dedicado à *Acumulação Primitiva*⁴. Trata-se, ainda, de um dos momentos em que Marx nitidamente se distancia das *tensões* deterministas e da concepção evolucionista de *progresso* dominante no século XIX. A expulsão dos camponeses ingleses das terras que cultivavam constitui um dos momentos decisivos da conformação da ordem burguesa, na medida em que significava, ao mesmo tempo, a afirmação de um novo tipo de relação de propriedade, em que vinham abaixo os condicionamentos típicos da ordem feudal, e a constituição de um amplo contingente de proletários, forçados pela necessidade a vender sua força de trabalho. O reinado absoluto da mercadoria dependia da afirmação do caráter abstrato e impessoal da relação entre os *indivíduos*. E a expulsão dos camponeses da terra, realizada com a ativa contribuição do Estado, bem como a criminalização da “vadiagem” (destinada a forçar a composição de um proletariado estável e disciplinado) são momentos-chave dessa transformação. Compreender o aspecto político desse processo implica, para usar as palavras do próprio Marx, deixar “de lado as forças propulsoras puramente econômicas da revolução agrícola” (que são, obviamente, determinantes) e se ocupar da compreensão dos “meios coercitivos utilizados para promovê-la”⁵ (que são igualmente indispensáveis).

A expropriação dos produtores diretos de seus meios-de-produção constituiu, ela mesma, um passo fundamental para a separação das esferas política e econômica, na medida em que tornou desnecessária a coerção extra-econômica, expediente indispensável à extração de excedente em sociedades baseadas em formas compulsórias de trabalho. Esse processo de expropriação, que ocorreu no âmbito das relações de propriedade, foi acompanhado por longas e violentas intervenções do poder estatal (vacilantes

⁴ Marx, 1998.

⁵ *Idem*, p. 837.

até 1688 e brutalmente aceleradas após a Revolução Gloriosa), destinadas a destruir a ordem social e jurídica anterior, que garantia aos camponeses o usufruto da terra. A expropriação generalizada dos produtores diretos forçava-os a buscar o sustento no *mercado*, através da venda de sua força de trabalho, contribuindo decisivamente para a construção da ordem social e jurídica burguesa e para a ideologia que a justifica, assentadas nas idéias de *liberdade*, de *indivíduo* e de *contrato*. Indivíduos *livres* estabelecem entre si, *por sua própria vontade*, determinados *contratos* de compra e venda de mercadorias (aí incluída a força de trabalho). O que permanece oculto, nessa concepção, é o papel da coerção política que foi historicamente necessária para gestar esse conjunto de relações sociais e jurídicas e que segue sendo indispensável para o funcionamento de uma sociedade assentada no *mercado*, ente abstrato cuja existência a ideologia dominante afirma ser resultado da *ordem natural* das coisas.

Analisando as origens do capitalismo na Inglaterra, Marx desconstrói a idéia de que as instituições da sociedade burguesa são o resultado da evolução histórica ou a afirmação da *ordem natural*. Ao identificar, no processo de *acumulação primitiva*, o papel central desempenhado pelo Estado na construção de uma ordem social e jurídica fundada na elevação da mercadoria ao elemento em torno do qual se definem as relações entre os homens, Marx evidenciava o caráter *histórico* do capitalismo e a importância da luta política para a afirmação da dominação burguesa.

2. Econômico e político encontra necessidade e liberdade: as possíveis afinidades de Ellen Wood e Antonio Gramsci

A leitura de Ellen Wood da crítica marxiana da dissociação entre economia e política na sociedade capitalista pode ser articulada à forma como os temas da *liberdade* e da *necessidade* (vale dizer, do *político* e do *econômico*) são mobilizados por Antonio Gramsci.

Para ter êxito na disputa por hegemonia, é indispensável que uma determinada classe consiga demonstrar sua capacidade de adquirir um caráter

nacional, ou seja, que ela tome como seus e como objeto de atenção de seu *programa* os problemas relativos àquela totalidade social em seu conjunto. A classe operária, na luta por *hegemonia*, no âmbito da *sociedade civil* das modernas formações históricas *ocidentais*, deveria ser capaz de dotar seu projeto de um caráter *universalizante*. O sujeito político no qual Gramsci identifica a possibilidade de conferir esse caráter *universal* ao projeto da classe operária é o partido. O ponto de partida, aqui, é o Lênin do *Que Fazer?*. O partido cumpre a função de conferir caráter *universal* a um projeto que, a princípio, está restrito à esfera dos *interesses* particulares. O léxico gramsciano descreve esta passagem do *particular* para o *universal* como passagem do momento *econômico-corporativo* (ou *egoístico-passional*) para o momento *ético-político*, resumida no conceito de *catarse*, que Gramsci descreve em caderno de caráter mais especificamente filosófico:

“Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional), isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior, que esmaga o homem, assimilando-o e tornando-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (...)”⁶

O partido, enquanto sujeito, age no campo da *liberdade* em oposição ao da *necessidade*, ou seja no campo da *política*, em oposição ao da *economia*. Age, deveríamos dizer, a *partir* do campo da *liberdade/política*, para *transformar* o campo da *necessidade/economia*. Sempre, claro está, dentro das possibilidades *determinadas* pelo campo da *necessidade*. A seguinte passagem carrega em si toda a tensão da concepção do partido em Gramsci (que é também a sua concepção das possibilidades da política):

“O moderno *Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* (no significado integral que esta noção teve

⁶ Gramsci, 1999-2002, vol. 1, p. 314-15.

historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente atuou uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação *ex-novo*, original. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo.”⁷

A referência ao jacobinismo aproxima inequivocamente a concepção de Gramsci à de Lênin, freqüentemente identificado como *jacobino* pelos críticos da sua leitura da relação de direção que deveria ser estabelecida entre o partido e a classe. Em Gramsci, o *partido-Príncipe* também é dirigente e também é o portador do projeto universal que só pode ser constituído fora da esfera da *necessidade*, que é a esfera da luta sindical. Ele cumpre um papel determinante na condução da luta *contra-hegemônica* e age para dar uma nova *direção moral* à sociedade *em seu conjunto*. O partido é determinante, portanto, para a configuração de um projeto universal, destinado à “fundação de novas estruturas sociais”. Sem o partido, o que temos é um conjunto fragmentário de *vontades particulares*, presas à esfera *econômico-corporativa* e, portanto, incapazes de agir no sentido da construção de uma *contra-hegemonia*.

No que diz respeito ao papel *dirigente* do partido, é importante chamar a atenção para a relação bastante próxima que existe, em Gramsci, entre as *notas sobre Maquiavel* e sua concepção acerca dos pares *governantes/governados* e *dirigentes/dirigidos*:

“Deve-se mesmo dizer que os primeiros a ser esquecidos são exatamente os primeiros elementos, as coisas mais elementares; estes, por outro lado, repetindo-se infinitas vezes, transformam-se nos pilares da política e de qualquer ação coletiva. Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições

⁷ Gramsci, 1999-2002, vol. 3, p. 16-17 (Grifos no original).

gerais). As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuando neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Dado este fato, deve-se ver como se pode dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar de melhor maneira os dirigentes (e nisto, precisamente, consiste a primeira parte da ciência e arte política), e como, por outro lado, conhecem-se as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados.”⁸

Dois aspectos contidos nesta passagem devem ser ressaltados, no que diz respeito ao estudo dos partidos políticos. O primeiro é o caráter *concreto*, dadas as condições hoje estabelecidas, da existência tanto de *governantes* e *governados*, como de *dirigentes* e *dirigidos*. Compreender esta premissa permite, no caso de nosso estudo, em particular, colocar em questão a idéia do *partido que nasce de baixo para cima*. Na política de massas, a noção de que pode haver um partido em que a *base* dirija a direção simplesmente não faz sentido (o que não significa que não possa haver partidos mais ou menos democráticos). O segundo aspecto é o caráter *histórico* dessa relação. A compreensão deste segundo aspecto permite fugir a concepções fatalistas do funcionamento dos partidos. Aqui, me refiro especificamente a Robert Michels⁹ e sua *lei de ferro* da oligarquização. Gramsci chama a atenção para a necessidade de estudar as possibilidades de fazer desaparecer a divisão entre *governantes* e *governados* e *dirigentes* e *dirigidos*. O *partido-Príncipe*, na medida em que atua a partir da esfera da *liberdade* e como agente de um projeto *contra-hegemônico*, mas condicionado pelas injunções da esfera da *necessidade*, pode ser compreendido simultaneamente como um ator político de função *dirigente* e como portador de um projeto que visa a eliminação da separação entre *dirigentes* e *dirigidos*, concebida como *possibilidade histórica*.

⁸ Gramsci, 1999-2002, vol. 3, p. 324-25.

⁹ Michels, 1982.

O projeto gramsciano parece implicar, portanto, na *superação* da separação entre as duas esferas, com base na subordinação do *econômico* ao *político*. Trata-se, precisamente, da operação que Ellen Wood, como vimos, anuncia como necessária à superação da ordem social e política capitalista. O *núcleo* político da dominação burguesa, mantido oculto pela aparente/real separação entre as duas esferas, só pode ser contestado através de instrumentos e de uma ação propriamente políticos. O *ecomismo*, encontrado amiúde no movimento operário (e duramente criticado por Lênin e Gramsci) não corresponderia, na verdade, a um “desvio” ou a uma demonstração de “falsa consciência”, mas na expressão do aspecto real da separação entre as duas esferas, que termina por resultar numa efetiva fragmentação da ação operária (diagnóstico que, malgrado a predominância de uma leitura reducionista a respeito dessa obra, e malgrado as reservas expressas pela própria autora, já pode ser encontrado no Lênin de *Que Fazer*, da mesma forma, como já mencionado, está presente no Gramsci do *partido-príncipe*).

Nas palavras de Wood:

“The differentiation of the ‘economic’ and the ‘political’ is, of course, not simply a theoretical but a practical problem. There is perhaps no greater obstacle to socialist practice than the separation of economic and political struggles which has typified modern working class movements. If this obstacle were, as many revolutionary socialists have contemptuously suggested, merely the product of a misguided, ‘underdeveloped’, or ‘false’ consciousness on the part of the working class, it might be easier to overcome. The tenacity of working class ‘economism’, however, derives precisely from its correspondence to the realities of capitalism and the ways in which capitalist appropriation and exploitation actually do divide the arenas of economic and political action, and actually do transform certain essential *political* issues—struggles over domination and exploitation that historically have been inextricably bound up with political power—into distinctively ‘economic’ issues. This ‘structural’ separation may, indeed, be the most effective defense mechanism available to capital.”
(WOOD, 1981, p. 67)

No que diz respeito ao tema da democracia, a evolução histórica das instituições e da teoria liberais parece corroborar o argumento da autora. A afirmação do caráter oligárquico das instituições políticas contemporâneas

configurou-se precisamente na criação e na busca da preservação da separação entre as duas esferas. Tratou-se de impedir que o “político” alcançasse o “econômico”. O processo parece ter se desenrolado com base em duas configurações distintas, ambas operando com base nas mesmas preocupações, mas com diferentes ênfases. De Locke (e da Revolução Gloriosa) a Benjamin Constant (e ao período que se segue à Revolução Francesa), a ênfase recaiu sobre a restrição dos direitos de cidadania. Tratava-se, então, de manter a cidadania restrita ao segmento dos proprietários, preservando aspectos importantes do *ethos* senhorial dos tempos medievais (*ethos* esse que, ao fim e ao cabo, estivera na origem das próprias instituições liberais-representativas, desde a *Magna Carta*). A partir de Tocqueville (e do processo de formação das modernas instituições liberal-democráticas, na segunda metade do século XIX), a ênfase oligárquica foi transferida para a restrição dos direitos da cidadania. Ou seja, tratava-se, agora, uma vez que a ampliação dos direitos de cidadania se configurava como inevitável, reduzir o alcance dessa cidadania sobre os aspectos centrais do ordenamento social e econômico capitalista. Não é outro o alvo das preocupações de *A Democracia na América*: preservar a *liberdade* contra os avanços da *igualdade*. Ou, posto de outro modo, preservar a separação entre as esferas econômica e política.

Conclusão

Nas democracias “antigas”, o “político” interferia diretamente no “econômico”. Nas democracias modernas, o “econômico” está protegido do “político”. A construção das instituições do Estado de bem-estar implicou num avanço, de fato, da política, submetida a uma crescente pressão popular, sobre a economia, independente de outras considerações que se possam fazer a respeito dessas instituições. Nas últimas décadas do século passado, a avassaladora reação burguesa a esse avanço se deu, seja do ponto de vista teórico-ideológico, seja no que concerne às ações efetivas, através de uma reafirmação agressiva da separação absoluta entre as esferas da economia e da política como pré-condição ao pleno exercício da liberdade individual.

Ellen Wood torna evidente que uma teoria democrática crítica das instituições liberais deve ter como ponto de partida precisamente o tema aparentemente paradoxal da centralidade da política no processo de construção do poder do *demos*. No longo prazo, trata-se, independente das necessárias considerações de ordem estratégica, de submeter o ordenamento econômico ao poder político. E, não menos importante, de submeter este último à vontade popular.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. "The Antinomies of Antonio Gramsci". *In: New Left Review*, Series I/nº 100, November-December, 1976.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CLAUDÍN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo: Global, 2 vols., 1986.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Politics Against Markets: the social democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- FINLEY, Moses I. *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FINLEY, Moses I. *Política no Mundo Antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols, 1999-2002.
- GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e Marxismo: crítica da razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1999.
- HAYEK, Friedrich von. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1946
- HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 12 vols, 1983-1989.

- JOHNSTONE, Monthly. “Um instrumento Político de Tipo Novo: o partido leninista de vanguarda”. In: Hobsbawm Eric J. (org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, vol. 4, 1985.
- LÊNIN, V. I.. “Qué Hacer?” In: Strada, Vittorio (org.). *Qué Hacer?: teoría y práctica del bolchevismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.
- LÊNIN, V. I. “Um passo em frente, dois passos atrás”. In: LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, (Vol. 1), 1979.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- LÖWY, Michael e BENZAÏD, Daniel. *Marxismo, Modernidade, Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa e Moscou: Avante e Progresso, 1982.
- MARX, Karl. “A dominação britânica na Índia”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa e Moscou: Avante e Progresso, 1982a.
- MARX, Karl. “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa e Moscou: Avante e Progresso, 1982b.
- MARX, Karl. “Prefácio de para a crítica da economia política”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa e Moscou: Avante e Progresso, 1982c.

- MARX, Karl. “Resultados futuros da dominação britânica na Índia”. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa e Moscou: Avante e Progresso, 1982d.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 vols., 1998.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam e SPRAGUE, John. *Paper Stones: a history of electoral socialism*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1986.
- SARTI, Ingrid Piera. *Representação e a questão democrática contemporânea: o mal estar dos partidos socialistas*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese (Doutorado em Ciência Política), 1998.
- STRADA, Vittorio. (org.) *Qué hacer? Teoría y práctica del bolchevismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.
- STRADA, Vittorio. “A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a Revolução de 1905”. In: Hobsbawm Eric J. (org.) *História do Marxismo*, vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- STRADA, Vittorio. “Lênin e Trotsky”. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 5, 1985.
- TROTSKY, L. “Jacobinismo y socialdemocracia”. In: STRADA, Vittorio (org.). *Qué Hacer? Tería y práctica del bolchevismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WOOD, Ellen M. "The Separation of the Economic and the Political in Capitalism". *In: New Left Review* 1127, May-June 1981.

WOOD, Ellen M. *As Origens do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOOD, Ellen M. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen M. *Citizens to Lords*. Londres: Verso, 2008.

WOOD, Ellen M. e Foster, John Bellamy. (orgs.) *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.